
EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de História A

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 623/Época Especial

12 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2016

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvam a produção de um texto, a classificação tem em conta a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

PORTUGAL NOS SÉCULOS XIII E XIV – O PAÍS RURAL E SENHORIAL NO CONTEXTO DA FIXAÇÃO DO TERRITÓRIO

Confirmação da doação do castelo de Aljustrel à Ordem de Santiago – carta de D. Afonso III (1255)*

Em nome da santa e indivisa Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, ámen.

Visto que os atos dos homens podem, às vezes, cair no esquecimento, se não forem registados por escrito, eu, Afonso, pela graça de Deus rei de Portugal e conde de Bolonha, com a minha esposa, a rainha D. Beatriz, filha do ilustre rei de Castela e Leão, por meu
5 beneplácito e com o consenso da minha Cúria, faço carta de doação, com validade perpétua, à ordem militar de Santiago, a vós mestre D. Paio Peres Correia, a D. Gonçalo Peres, comendador dessa ordem em Portugal, e a todos os conventos da dita ordem, do meu castelo de Aljustrel e dos seus termos, a saber:

A começar pela foz do ribeiro de Cobres e daí até à sua cumeada; e daí como quem
10 vai diretamente até à serra donde correm as águas para Oeiras e para Torredanos; e daí como quem vai até à Alcaria das Alpertinas; e daí como quem vai até às Alcarias dos Bois; e daí como quem vai até aos cumes do Ameixial; e daí como quem vai até aos cumes de Benelga; e daí aos Açougues de Benazeval; e daí pela escarpa de Torgala; e daí ao Esteiro do Comendador, como entra no rio Mira, e pelo meio do rio como entra no mar; e na direção
15 de Évora, pelo mosteiro de Odivelas que está sobre a Arrancada de D. Henrique; e de Aljustrel até ao dito mosteiro de Odivelas e daí diretamente até à dita foz do ribeiro de Cobres; e os termos do dito castelo de Aljustrel estendem-se por uma légua nesse caminho, na direção de Beja, e juntam-se, do dito mosteiro de Odivelas até ao mar, com os termos de Alcácer.

Dou e concedo-vos, a vós e aos vossos sucessores, o supradito castelo de Aljustrel com os
20 seus termos, já mencionados, com os montes, as fontes, as pastagens, as minas de ferro e as áreas de pesca, com todos os seus direitos de portagem e com todos os direitos reais que eu aí tenho e devo ter, por direito hereditário para sempre, exceto as minas de ouro e os banhos termais. Destas minas e banhos dou-vos a décima parte de tudo o que daí vier a receber.

E faço isto para a salvação da alma de meu pai, da minha e da de minha mãe e da de meus
25 parentes. E pelo muito bom serviço que prestastes e continuais a prestar a mim e ao reino.

Quem respeitar este meu ato, realizado por bem e por misericórdia, seja bendito. E se, por acaso, o que não aconteça, alguém atentar contra este meu ato, tal não lhe seja permitido, mas por essa só tentação seja amaldiçoado por Deus e condenado ao inferno como Judas traidor e seja para sempre separado de Deus, ámen.

30 E para que este meu ato tenha mais força, mandei fazer esta carta, confirmada com o meu sinal e assinada por minhas mãos.

Feita em Santarém, aos 16 de fevereiro de 1255.

* Doação inicial feita por D. Sancho II, em 1235.

1. O «muito bom serviço» (linha 25) prestado pela Ordem de Santiago referia-se
 - (A) à abertura de escolas e do Estudo Geral para a formação da nobreza de corte.
 - (B) à participação na Reconquista e à defesa das terras recuperadas aos muçulmanos.
 - (C) ao cumprimento de corveias e ao pagamento de impostos ao poder central.
 - (D) à nomeação de magistrados concelhios e à aprovação de posturas municipais.

2. O senhorio confirmado por esta «carta de doação» (linha 5) de D. Afonso III à Ordem de Santiago denominava-se
 - (A) concelho.
 - (B) honra.
 - (C) couto.
 - (D) reguengo.

3. Enquanto detentora de um domínio senhorial eclesiástico, a Ordem de Santiago usufruía de «direitos» (linha 21) , entre os quais se incluíam
 - (A) cobranças de impostos e dos dízimos pagos por todos, incluindo o rei.
 - (B) rendimentos provenientes das minas locais e das águas termais.
 - (C) o comando militar supremo e a cunhagem de moeda.
 - (D) a aplicação da justiça maior e a feitura de leis gerais.

4. A importância da ação de D. Afonso III para o processo de estabelecimento e de consolidação das fronteiras de Portugal evidenciou-se pela
 - (A) assinatura do Tratado de Alcanizes com o rei de Castela e Leão.
 - (B) obtenção do reconhecimento do reino pelo papa Alexandre III.
 - (C) apropriação dos castelos da linha do Tejo.
 - (D) conquista definitiva do território do Algarve.

Identificação da fonte

Paula Pinto Costa (coord.), *Livro dos Copos, Vol. I, Militarium Ordinum Analecta – Fontes para o Estudo das Ordens Religiosas-Militares* – 7, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2006, pp. 175-177, in www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt (consultado em 06/01/2016) (adaptado)

GRUPO II

ANTECEDENTES E CAMINHOS DA IMPLANTAÇÃO DO LIBERALISMO EM PORTUGAL

Documento 1

Constituição de 1822

As Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, convencidas de que as desgraças públicas [...] tiveram a sua origem no desprezo dos direitos do cidadão e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia; e havendo considerado que somente pelo restabelecimento destas leis, ampliadas e reformadas, pode conseguir-se a prosperidade da Nação e precaver-se para que não torne a cair no abismo, [...] decretam a seguinte Constituição, a fim de assegurar os direitos de cada um e o bem geral de todos os Portugueses. [...]

1. A Constituição política da Nação Portuguesa tem por objeto manter a liberdade, a segurança e a propriedade de todos os Portugueses. [...]

26. A soberania reside essencialmente na Nação. Não pode porém ser exercida senão pelos seus representantes legalmente eleitos. [...]

29. O Governo da Nação Portuguesa é a Monarquia constitucional hereditária, com leis fundamentais que regulem o exercício dos três poderes políticos.

30. Estes poderes são o legislativo, o executivo e o judicial. O primeiro reside nas Cortes [...]. O segundo está no Rei e nos Secretários de Estado, que o exercem debaixo da autoridade do Rei. O terceiro está nos Juizes. [...]

32. A Nação Portuguesa é representada em Cortes, isto é, no conjunto dos Deputados que a Nação para esse fim elege [...].

33. Na eleição dos Deputados têm voto os Portugueses que estiverem no exercício dos direitos de cidadão [...].

110. Ao Rei pertence dar a sanção à lei [...]. Se o Rei [...] entender que há razões para a lei dever suprimir-se ou alterar-se, poderá suspender a sanção por esta fórmula: *Volte às Cortes*, expondo [...] as sobreditas razões. Estas serão presentes às Cortes [...] e discutir-se-ão. [Ficando] a lei como estava, será novamente apresentada ao Rei, que lhe dará logo a sanção. [...]

124. O Rei não pode impedir as eleições dos Deputados, nem opor-se à reunião das Cortes, prorrogá-las, dissolvê-las ou protestar contra as suas decisões.

Documento 2

Carta Constitucional de 1826

Dom Pedro, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, faço saber [...] que sou servido decretar, dar e mandar jurar, pelas três ordens do Estado, a Carta Constitucional abaixo transcrita [...]:

1. O Reino de Portugal é a associação política de todos os cidadãos portugueses. Eles formam uma Nação livre e independente. [...]

5. Continua a dinastia reinante [...] na pessoa da Senhora Princesa D. Maria da Glória, pela abdicação de seu pai, o Senhor D. Pedro I, imperador do Brasil, legítimo herdeiro e sucessor do Senhor D. João VI. [...]

11. Os poderes políticos reconhecidos [...] são quatro: o legislativo, o moderador, o executivo e o judicial.

12. Os representantes da Nação Portuguesa são o Rei e as Cortes Gerais. [...]

13. O poder legislativo compete às Cortes, com a sanção do Rei.

14. As Cortes compõem-se de duas Câmaras: a Câmara de Pares e a Câmara de Deputados. [...]

57. Recusando o Rei prestar o seu consentimento [aos projetos da Câmara de Deputados],

responderá nos termos seguintes: O Rei quer meditar sobre o Projeto de Lei, para a seu tempo se resolver. [...]

58. Esta denegação [de ratificar um Projeto de Lei das Cortes] tem efeito absoluto. [...]

63. As nomeações dos Deputados para as Cortes Gerais serão feitas por eleições indiretas: a massa dos cidadãos ativos elege [...] os eleitores de Província, e estes os representantes da Nação. [...]

71. O poder moderador é a chave de toda a organização política, e compete privativamente ao Rei, como Chefe Supremo da Nação, para que vele [...] pela independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos. [...]

74. O Rei exerce o poder moderador, [...] sancionando os decretos e resoluções das Cortes Gerais, para que tenham força de Lei, prorrogando ou adiando as Cortes Gerais e dissolvendo a Câmara de Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado.

1. Refira, a partir do documento 1, três fatores que contribuíram para a Revolução Liberal de 1820.
2. Compare os dois modelos de monarquia constitucional, expressos nos documentos 1 e 2, quanto a três aspetos em que se distinguem.
3. A legislação de Mouzinho da Silveira (1832), que visava garantir o princípio liberal do «bem geral de todos os Portugueses» (documento 1), incluiu
 - (A) a criação do Banco de Lisboa e a fundação da Companhia das Vinhas do Alto Douro.
 - (B) a abolição dos dízimos e a modernização das estruturas económicas e administrativas.
 - (C) a alteração da forma monárquica do regime e a separação entre a Igreja e o Estado.
 - (D) o investimento nos meios de comunicação e de transporte e o fomento da indústria.

Identificação das fontes

Doc. 1 – *Constituição de 23 de setembro de 1822*, in www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1822.pdf (consultado em 04/01/2016) (adaptado)

Doc. 2 – *Carta Constitucional de 29 de abril de 1826*, in www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CartaConstitucional.pdf (consultado em 04/01/2016) (adaptado)

GRUPO III

A EUROPA OCIDENTAL DA DÉCADA DE 1930 À DÉCADA DE 1980: TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

Documento 1

Reivindicações sociais em França no tempo da Frente Popular – cartaz (1936)



Tradução:

Festejemos a Unidade

1.º de Maio, 1936

C.G.T. [Confederação Geral do Trabalho]

LUTEMOS

Pelas 40 horas de trabalho

Pelo contrato coletivo

Pelas grandes obras [públicas]

Pela PAZ

Documento 2

Nacionalização das minas de carvão no Reino Unido – caricatura no jornal *Daily Worker* (1947)



Tradução:

Sob nova gestão

Lucro privado

Documento 3

Despesas sociais na França e no Reino Unido (1930-1980) (em % do PIB)

<div>Ano \ País</div>	França	Reino Unido
1930	1,05	2,24
1960	13,42	10,21
1970	16,68	13,20
1980	22,55	16,42

Documento 4

Margaret Thatcher e o papel do Estado – entrevista à revista britânica *Woman's Own* (18/09/1987)

Acho que passámos por um período no qual muitas crianças e adultos foram levados a pensar: «Tenho um problema, cabe ao governo lidar com ele!» ou «Tenho um problema, vou pedir um subsídio para o resolver!» ou «Sou um sem-abrigo, o governo tem obrigação de me alojar!». Assim, estão a empurrar os seus problemas para a sociedade. Mas quem é afinal a sociedade? Não existe tal coisa! Há indivíduos, homens e mulheres, e há famílias [...]. É nosso dever cuidar de nós próprios e, em seguida, ajudar também a cuidar dos nossos semelhantes; a vida é dar e receber, e as pessoas têm em mente os seus direitos, mas não as suas obrigações [...].

Alguns apoios e benefícios foram criados para assegurar às pessoas: «Muito bem, não consegue arranjar um emprego, mas ser-lhe-á garantido um nível de vida básico». Porém, muitas dessas pessoas perguntam-se: «Para quê trabalhar? Posso obter o mesmo com o subsídio de desemprego!» [...].

Se as crianças têm um problema, toda a gente acha que a sociedade está em falta. A «sociedade» é coisa que não existe. [...] A nossa qualidade de vida depende da responsabilidade que cada um de nós está preparado para assumir pelo seu próprio bem-estar e, por outro lado, do esforço individual que estamos dispostos a fazer para ajudar os menos afortunados.

1. Os governos de Frente Popular (documento 1) resultaram de uma coligação que, na sua origem, reuniu
- (A) partidários do modelo fascista.
 - (B) militares nacionalistas, empresários e intelectuais.
 - (C) socialistas, comunistas e radicais de esquerda.
 - (D) simpatizantes do modelo neoliberal.

2. Indique o nome do programa de ajuda lançado pelos EUA no segundo pós-guerra, que favoreceu a recuperação económica e a melhoria das condições de vida na Europa (documento 3).
3. Associe cada uma das personalidades, presentes na coluna **A**, ao respetivo papel na construção do Estado social, que consta da coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas as letras e os números correspondentes.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Léon Blum	(1) Dirigente da União Democrática Cristã (CDU), foi o primeiro chanceler da RFA* e esteve ligado à sua recuperação económica no segundo pós-guerra.
(b) Konrad Adenauer	(2) Dirigente do Partido Social-Democrata (SPD), reatou as relações da RFA* com a RDA** e outros países do bloco de Leste, pelo que recebeu o prémio Nobel da Paz.
(c) Jacques Delors	(3) Primeiro-ministro britânico, liderou a resistência do país contra o nazi-fascismo, durante a Segunda Guerra Mundial.
	(4) Primeiro-ministro francês nos governos de Frente Popular, enfrentou a oposição conservadora e a propaganda antisemita.
	(5) Presidente da Comissão Europeia, teve um papel decisivo na assinatura do Ato Único Europeu e na construção da União Europeia, estabelecida pelo Tratado de Maastricht.

* República Federal da Alemanha.

** República Democrática Alemã

4. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relacionados com a evolução da economia europeia do segundo pós-guerra à primeira década do século XXI. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

(A) Entrada de Portugal, como membro efetivo, na Europa comunitária.

(B) Assinatura do Tratado de Maastricht.

(C) Entrada em circulação do Euro em 12 Estados-Membros da UE.

(D) Crise petrolífera que pôs fim aos «Trinta Gloriosos».

(E) Criação da Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE).

5. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Políticas económicas e sociais nas democracias da Europa ocidental, nas décadas de 1930 a 1980.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- iniciativas do Estado com impacto social, na década de 1930;
- intervenção do Estado na economia e na sociedade, do segundo pós-guerra à década de 1970;
- redefinição do papel do Estado, no quadro do neoliberalismo, a partir da década de 1980.

Identificação das fontes

Doc. 1 – www.histoire-image.org (consultado em 12/01/2016)

Doc. 2 – www.nationalarchives.gov.uk (consultado em 16/01/2016)

Doc. 3 – <http://ourworldindata.org> (consultado em 18/01/2016) (adaptado)

Doc. 4 – www.margaretthatcher.org (consultado em 14/01/2016) (adaptado)

GRUPO IV

PORTUGAL E O QUADRO INTERNACIONAL DE AFIRMAÇÃO DA ÁSIA-PACÍFICO, A PARTIR DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Documento 1

Discurso do Presidente da República Jorge Sampaio, na cerimónia oficial da transferência de poderes de Macau (20/12/1999)

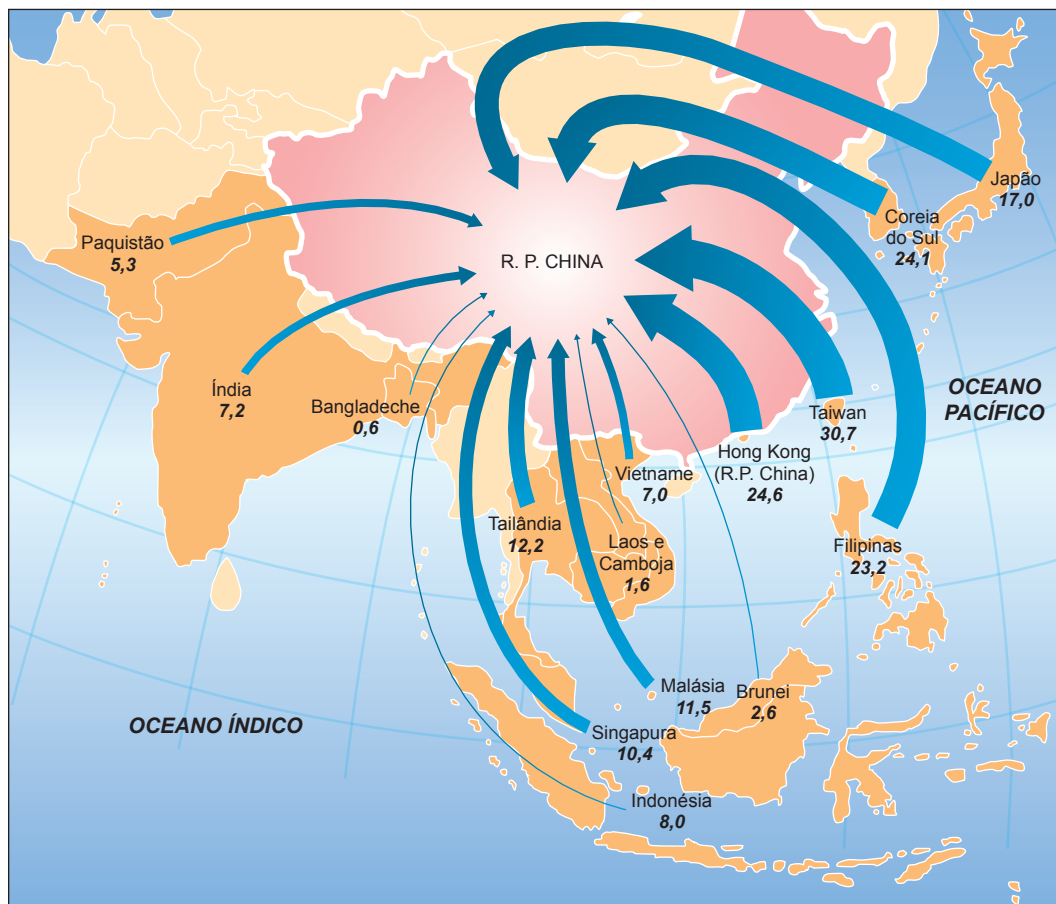
A cerimónia que aqui nos reúne constitui um momento único da História de Macau. Para Portugal não se trata, apenas, de realizar a transferência para a República Popular da China do exercício da soberania sobre Macau, mas de reafirmar, perante a comunidade internacional, o seu empenho solidário no futuro do território, no quadro [...] da Declaração Conjunta Luso-Chinesa [1987]. [...] O acordo [...] representa uma forma sensata e pacífica de Portugal e a República Popular da China prosseguirem uma nova etapa no seu relacionamento, mudando o que era exigido pelas novas realidades dos dois países [...]. O território gozará de um alto grau de autonomia, expresso em instituições próprias de poder legislativo e executivo, e de um poder judicial, servido por tribunais independentes [...].

Este estatuto político-administrativo, fundado no primado da lei, [garante] que serão as gentes de Macau quem governará a sua terra, de forma livre e democrática, [...] com o compromisso de que continuarão a gozar dos direitos, liberdades e garantias [...]. É essa realidade que passará para o próximo século, sob a bandeira da República Popular de China, em estatuto de respeitosa convivência entre modelos sociais, que a fórmula «um país, dois sistemas» veio expressar.

É perante essa comunidade internacional que Macau aparece com os instrumentos da modernidade e do progresso, e em legítima parceria com todos os que sufragaram a promoção dos direitos do homem [...]. É com esta cidadania universal de valores e de direitos que Macau se manterá no encontro entre a Europa e a Ásia [e] continuará [...] a vocação secular de mediador de gentes e civilizações, e, por essa via, reforçará a sua identidade. [Com este objetivo] a República Popular da China e Portugal estabeleceram laboriosa cooperação [...].

Numa sociedade internacional em que a todos importa o destino de cada um, Portugal continuará solidário com Macau, empenhado no seu futuro, e certo de que, também aqui, a democracia e a liberdade são realidade insubstituível e penhor da paz e do progresso para todos os povos.

Exportações de países asiáticos para a República Popular da China (2007)
(em % do total de exportações de cada país)



1. Refira três objetivos da política externa portuguesa, presentes no documento 1, no contexto do regime democrático instaurado em 1974.
2. Transcreva duas afirmações do documento 1 que refletem a especificidade política de Macau, no quadro da integração na República Popular da China.

3. O crescimento do espaço económico da Ásia-Pacífico (documento 2) assentou na

- (A) exportação de combustíveis fósseis, nomeadamente o petróleo.
- (B) participação numa rede dinâmica de transações regionais.
- (C) integração no Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL).
- (D) forte concorrência entre países que produziam bens diferenciados.

4. Explique, a partir dos documentos 1 e 2, três características do modelo económico chinês desde as últimas décadas do século XX.

Identificação das fontes

Doc. 1 - <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-145.html> (consultado em 16/01/2016) (adaptado)

Doc. 2 - <http://cartographie.sciences-po.fr/fr/chine-exportations-des-pays-asiatiques-2007> (consultado em 01/02/2016) (adaptado)

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.	4.		
	5	5	5	5		20
II	1.	2.	3.			
	20	25	5			50
III	1.	2.	3.	4.	5.	
	5	5	5	5	50	70
IV	1.	2.	3.	4.		
	20	10	5	25		60
TOTAL						200